

## CRÉDITO

# Novo consignado sai em março

Previsão é de que, com as mudanças, o volume de empréstimos para o trabalhador privado supere o oferecido ao serviço público

» RAFAELA GONÇALVES

O governo trabalha para liberar a nova modalidade de crédito consignado privado na primeira quinzena de março. Os empréstimos devem ser concedidos por meio de uma plataforma que tem como objetivo baratear o crédito e facilitar o acesso dos cerca de 40 milhões de trabalhadores do setor privado com carteira assinada ao crédito consignado.

O consignado privado não é novo, existe desde 2003. Atualmente, a modalidade só é liberada para trabalhadores com carteira assinada em empresas que possuem convênio com instituições financeiras. Esse fator diminuiu consideravelmente o acesso, já que os bancos não têm interesse no convênio.

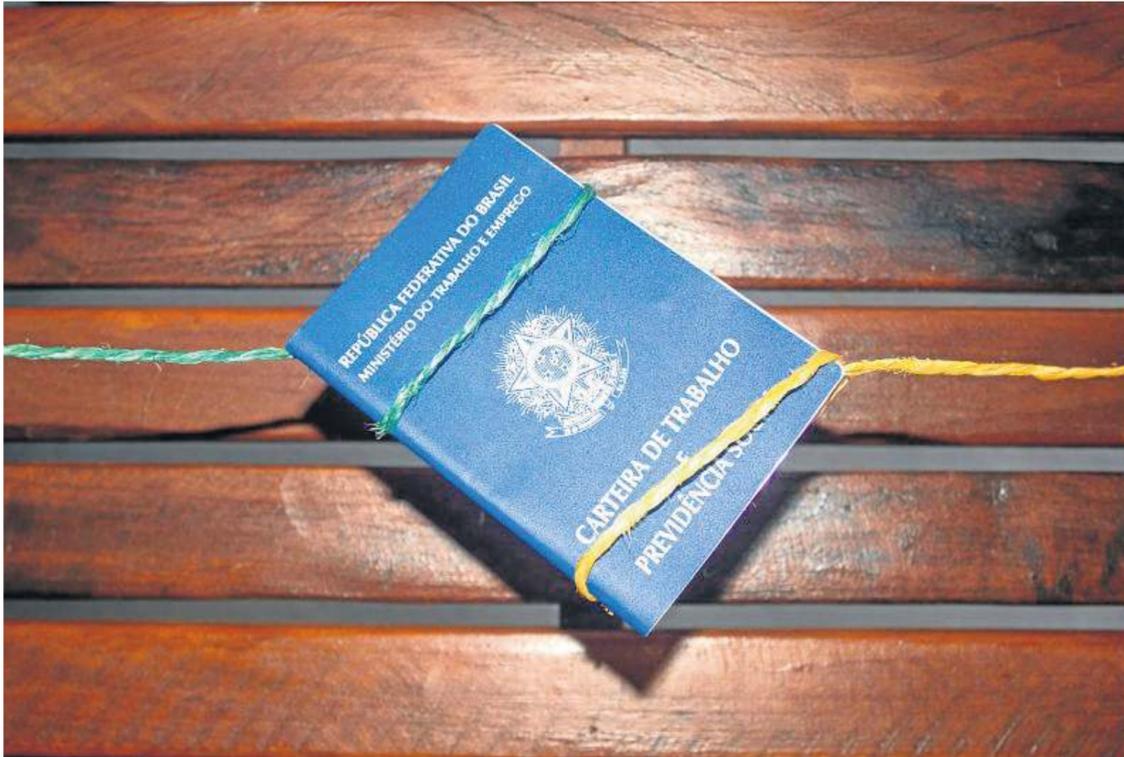
Com o novo desenho, haverá um link com o e-Social, administrado pela Caixa Econômica Federal, que possibilitará a contratação diretamente pelas plataformas, dispensando o convênio.

A regulamentação deve ser formalizada por meio de uma Medida Provisória (MP). Na última semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a medida que trata do novo consignado e o projeto que garante a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil estão avançados e podem ser enviados ao Congresso ainda antes do carnaval.

## Questão de justiça

O chefe da equipe econômica negou uma contradição entre as medidas de crédito e a alta de preços. “Não é uma contradição. Hoje, os trabalhadores estão pagando 5,5% de taxa de juros por falta de acesso ao consignado. Não é justo a pessoa, com uma garantia que pode ser dada, continuar pagando 5,5% ao mês no

Diana Raeder/Esp. CB/D.A Press



Para ter acesso ao consignado privado, o trabalhador precisará ter carteira assinada e receber o salário por meio de folha de pagamento

crédito direto ao consumidor”, disse a jornalista.

Anunciado pelo governo como solução para baratear os juros e destravar os empréstimos ao setor privado, o empréstimo consignado teria como garantia os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Para o lançamento da nova modalidade de crédito, o Executivo ainda depende da conclusão de uma plataforma ou site, onde as opções de crédito oferecidas pelos bancos estarão disponíveis. Além disso, a indicação é de que o novo

consignado deve chegar ao Legislativo sem nenhuma limitação dos juros que poderão ser cobrados pela concessão do empréstimo. Em reunião técnica organizada pelo DataPrev, na semana passada, também teria ficado decidido que, pelo menos inicialmente, não deve haver nenhuma garantia aos empréstimos, como o saldo do FGTS do trabalhador, o que era pleiteado por instituições financeiras.

Dessa forma, a expectativa é de que mesmo os empregados que não possuam saldo no

FGTS possam contratar o empréstimo consignado, desde que atendam aos critérios estabelecidos, como a margem consignável. Atualmente, a margem consignável para esta modalidade de empréstimo é de 35% do salário líquido para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por exemplo.

O crédito consignado privado será destinado exclusivamente a trabalhadores que possuem vínculo empregatício formal, ou seja, aqueles contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para ser

elegível, é necessário que o trabalhador tenha carteira assinada e receba seu salário por meio de folha de pagamento.

## Carteira de crédito

A expectativa é de que as modificações no consignado privado façam com que o mercado registre um crescimento exponencial em pouco tempo. Atualmente, este tipo de financiamento tem um saldo total de R\$ 40 bilhões, mas com as mudanças a expectativa é de que o montante supere os R\$ 700 bilhões de

carteira total de crédito até 2030. A projeção é da techfin Oneblinc, que trabalha com dados alternativos para a concessão de crédito.

O cálculo leva em consideração os cerca de 45 milhões de trabalhadores do regime CLT que passarão a ter acesso facilitado a este modelo de financiamento. O novo regramento deve gerar oportunidades para os consumidores e para empresas do ramo financeiro.

## Potencial

Atualmente, a modalidade de empréstimos com crédito consignado é muito forte para os funcionários do setor público, sendo uma das melhores opções de linha de crédito disponíveis no mercado. Os cerca de 10 milhões de funcionários públicos e 40 milhões de aposentados e pensionistas do INSS já movimentam uma carteira de R\$ 600 bilhões.

Já o consignado privado engatinha, pois com praticamente a mesma quantidade de pessoas que podem solicitar o empréstimo, envolve um montante de apenas algumas dezenas de bilhões, quando poderia estar equiparado. “As novas regras que estão sendo elaboradas, têm potencial para superar o Crédito Consignado Público, atingindo um montante bem maior em curto espaço de tempo. O funcionalismo do setor privado é de três a quatro vezes maior que o do setor público”, destaca Antonio Hermann Azevedo, sócio-fundador da Integral Investimentos.

“Sem falar de segmentos que até hoje não têm acesso a essa modalidade, como os 5 milhões de trabalhadores domésticos, por exemplo. Vimos o efeito que o Crédito Consignado teve para os aposentados e pensionistas no passado. O fenômeno pode se repetir”, avalia.

## CONSTRUÇÃO

# Mercado imobiliário cresce 20,9%, mas enfrenta desafios

» FERNANDA STRICKLAND

O mercado imobiliário brasileiro encerrou 2024 com forte expansão. De acordo com dados divulgados ontem pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), foram lançadas 383 mil unidades ao longo do ano, um aumento de 18,6% em relação a 2023. As vendas também acompanharam esse crescimento, totalizando 400 mil unidades comercializadas, uma alta

de 20,9% no período.

O presidente da Cbic, Renato Correia, disse que os resultados de 2024 refletem o esforço do setor em fomentar o mercado habitacional e atender à crescente demanda por moradias. “São dados que reforçam o aquecimento da atividade, apesar dos desafios macroeconômicos, como a elevação da taxa Selic alta persistente dos custos e a preocupação com a inflação”, declarou. “Esperamos que 2025 vai ser

um ano mais desafiador”, afirmou Celso Petrucci, o economista chefe da Cbic. O último trimestre consolidou essa tendência, registrando avanço de 10,1% nos lançamentos e de 19,1% nas vendas na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo a Cbic, o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) teve papel fundamental nesse desempenho, com um aumento de 44,2% nos lançamentos e 43,3% nas vendas dentro do programa.

“No ano passado, o orçamento do fundo destinado ao programa já teve um salto relevante, passando de R\$ 86 bilhões para R\$ 130 bilhões. “O orçamento do

FGTS já está no limite para 2025. Infelizmente, não podemos contar com mais orçamento do que o atual”, avaliou Petrucci.

Apesar dos bons resultados, o setor imobiliário entra em 2025 com perspectivas mais cautelosas. Entre os principais desafios, estão a alta da taxa básica de juros, que pode impactar o crédito habitacional, a inflação ainda acima da meta e o aumento dos custos de materiais e mão de obra.

A Cbic aponta que o mercado de médio e alto padrão pode enfrentar dificuldades diante da possível redução de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Minervino Júnior/CB/D.A Press - 6/4/21



A elevada taxa de juros deve arrefecer o setor ao longo deste ano



RAUL VELLOSO

SEGUNDO APURAÇÕES DO IBGE, E COMPARATIVAMENTE A 1987, A TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE IDOSOS FOI DE 61,7% EM 2000, E DEVE FECHAR 2024 COM NADA MENOS QUE 264,3%. JÁ NO CASO DA PIA, ESSAS MESMAS TAXAS FORAM, RESPECTIVAMENTE, DE 34,2% EM 2000 E DEVEM FECHAR 2024 EM 76%.

# Ajustar Previdência e Assistência é a saída

O grande drama das contas públicas brasileiras nos últimos tempos é a recente explosão do crescimento dos gastos previdenciários e assistenciais. A questão previdenciária não varia muito entre as várias esferas de governo, conforme sugerido pelas últimas estimativas disponíveis das taxas reais de crescimento dos gastos de cada uma, a seguir apresentados em ordem decrescente.

Para o conjunto dos municípios, o crescimento real médio anual do gasto previdenciário foi de 12,5% ao ano entre 2011 e 2018. Para os Estados, 5,9% entre 2006 e 2018. Para o RGPS/INSS, 5,1% entre 2006 e 2020. E

para o Regime Próprio da União, de 3,6% em 2006-21, todas acima do crescimento médio real do PIB.

Daí a uma queda média real relevante dos gastos com os investimentos em infraestrutura no conjunto dos entes acima foi apenas um passo, tendo se observado a queda à taxa média real negativa de -1,5% ao ano entre 2006 e 2022, pois, em nosso país, não haveria como acomodar tanto gasto corrente sem um forte aperto nos investimentos em orçamentos com as limitações existentes no conjunto dos nossos entes públicos. Para concluir essa parte da análise, deve-se registrar a forte

desabada que ocorreu nos investimentos públicos em anos mais recentes.

Onde está a origem disso tudo? Na raiz desse processo, está o forte crescimento da população idosa (a parcela acima de 65 anos), relativamente ao da população em idade ativa ou PIA (entre 15 e 65 anos). O primeiro grupo é o que recebe benefícios, e é no segundo que se originam as contribuições previdenciárias.

Isso se pode ver com clareza examinando as respectivas taxas de crescimento dessas variáveis, vale dizer, dos idosos e da PIA. Segundo apurações do IBGE, e comparativamente a 1987, a taxa de crescimento do número

de idosos foi de 61,7% em 2000, e deve fechar 2024 com nada menos que 264,3%. Já no caso da PIA, essas mesmas taxas foram, respectivamente, de 34,2% em 2000 e devem fechar 2024 em 76%. Isso sinaliza um aumento cada vez mais elevado do valor dos benefícios relativamente ao das contribuições, daí o grande motivo de preocupação com o assunto.

O pior de tudo, contudo, são as projeções do IBGE para 2050: 678,6%, no caso dos idosos, e 65,4%, no da PIA. Chocante!

Daí segue a recomendação que devemos ter sempre em mente, de que, como os recursos públicos têm óbvias

limitações para se ampliarem sistematicamente (inclusive porque, de algum tempo para cá, surgiu uma montanha de ocorrências de fraudes na gestão dos benefícios assistenciais, perdas de recursos essas que, pelo menos inicialmente, terão de ser compensadas com novas receitas), o alto preço que se paga em gastar cada vez mais na área social sem mostrar melhores resultados, é o que acabou aparecendo aqui com clareza: a desabada dos investimentos públicos em infraestrutura e, por consequência natural, das taxas de crescimento do PIB e do emprego.

Isso é particularmente verdadeiro, quando se percebe

que o setor privado não consegue substituir o público na composição das inversões em infraestrutura, de forma tal que a desabada das taxas de crescimento dos investimentos públicos em infraestrutura, apenas na última década e em termos da média móvel de 14 anos das taxas, acabou levando à queda brutal do que era um pico de crescimento real desse mesmo investimento em 2010, de 11,1%, para a taxa risível em termos brasileiros de -0,1% em 2020, e que a média móvel das taxas de 10 anos de crescimento do PIB tenha, por consequência, desabado simultaneamente, em nosso País, de 4% por volta de 2013, para 0,5% ao ano em 2023.